

## República de Cabo Verde

### Resumo do País

Localizado no Oceano Atlântico, cerca de 550 km da costa ocidental africana, Cabo Verde é um pequeno país composto por 10 ilhas e 13 ilhéus, com uma área de 4.033 km<sup>2</sup> e uma Zona Econômica Exclusiva que atinge aproximadamente 734.265 km<sup>2</sup>. As ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista constituem o grupo Barlavento e as ilhas do Sul ou seja Maio, Santiago, Fogo e Brava constituem o grupo Sotavento.

Um país arquipelágico situada na zona do Sahel, caracterizada pela sua extrema aridez, uma limitada precipitação média de 230 mm/ano, em que somente 13% contribui para a alimentação das águas subterrâneas e agravada com o fenómeno de alterações climáticas, aumento populacional e crescimento económico, pelo que a disponibilidade de água vem se tornando cada vez um fator crítico para o seu desenvolvimento socioeconómico. Em consequência Cabo Verde vem dependendo cada vez mais da água dessalinizada para o consumo. Mais de 80% da água do consumo doméstico é dessalinizada e com um elevado custo de energia, tendo implicação direta na tarifa da água, considerada uma das mais elevadas em África.

As características morfológicas e geológicas variam muito de ilha para ilha, relevo muito íngreme nas ilhas montanhosas, culminando em altas altitudes. A temperatura média anual é de 23,5 ° C, com três estações, seca de março a junho, chuvosa de julho a outubro, com chuvas fortes e esporádicas e a de transição de novembro a fevereiro.

A população residente é de cerca de 556.900 habitantes, dos quais cerca de 51% do sexo masculino e 49% do sexo feminino e apesar de ser relativamente jovem a população idosa poderá atingir 53% em 2030.

Após ter largamente superado as metas dos ODM, Cabo Verde teve nos últimos 5 anos avanços notórios no domínio da água e saneamento, consubstanciados na reforma do setor em especial com a empresarialização dos serviços de água e saneamento, com ganhos para os consumidores, em matéria de gestão dos resíduos sólidos urbanos, colocação de Cabo Verde no “pelotão da frente” dos países referenciados pelas melhores práticas mundiais na gestão de água e saneamento. O País dispõe de uma legislação moderna que contempla o regime jurídico de água e saneamento, normas de qualidade de água e dos serviços, associadas a uma política tarifária transparente e previsível assente nas regulações técnica e económica eficientes. Os instrumentos de planeamento sectorial têm merecidos amplo consensos na sua elaboração e implementação.

Na qualidade de Pequeno País Insular de Rendimento Médio, o maior desafio de Cabo Verde é enfrentar a necessidade de construir uma economia com um alto nível de crescimento sustentável e inclusivo, no sentido de superar as condicionantes-chave, as vulnerabilidades estruturais, a dependência externa, o desemprego, a pobreza, a desigualdade na distribuição do rendimento, as oportunidades reduzidas de emigração e, conseqüentemente a queda de remessas. Confrontado com vulnerabilidades naturais relacionadas com a sua origem vulcânica,

a sua natureza arquipelágica, a sua localização na região do Sahel, a escassez das chuvas e a falta de recursos minerais. Além disso, a sua reduzida dimensão territorial, demográfica e económica e o seu isolamento, em relação ao continente africano, são características que limitam as reais possibilidades de desenvolvimento. Entre as causas externas e sofridas pelo país que vem reforçar o risco de deixar alguns grupos para trás estão as condições ambientais, incluindo o impacto da mudança climática. As vítimas principais dos danos causados por eventos climáticos extremos, em particular as secas e as cheias, são muitas vezes populações já em risco de ficar para trás. A vulnerabilidade climática se sobrepõe, pois, à vulnerabilidade económica, política e social, para criar mais um fator de exclusão, tornando-se numa causa raiz cujo impacto tem crescido nos últimos anos. As vítimas materiais das cheias são maioritariamente as populações vivendo nos assentamentos informais situados nas ribeiras, e a seca afeta em primeiro lugar as populações do meio rural que vivem da sua produção agrícola, muitas das quais não possuem a propriedade da terra que cultivam. Por outra parte, a acidificação do oceano tem impacto direto sobre a produção pesqueira das comunidades costeiras. Como um Pequeno País Insular de rendimento médio baixo, os efeitos e o impacto das mudanças climáticas têm mais acuidade. A resposta global às mudanças climáticas centra-se na urgente necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Em 2010, nos Acordos de Cancun, os Governos concordaram em reduzir estas emissões, por forma a que o aumento da temperatura global não ultrapassasse os 2 graus Celsius (CQNUMC Decision 1/CP.16, 2010). Mais recentemente, em resposta às decisões 1/CP.19 e 1/CP.20, os países informaram a Convenção das suas “Contribuições Nacionalmente Determinadas” (NDC’s). Para um pequeno país insular como Cabo Verde, sem descurar das medidas de mitigação para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, é fundamental concentrar-se nas medidas de adaptação como resposta aos efeitos das mudanças climáticas, no sentido de reduzir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência das populações e dos ecossistemas.

Cabo Verde apresenta uma atualização da sua primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) a partir de 2015, em conformidade com as metas e objetivos do Acordo de Paris (AP). Uma atualização aprofundada, além do conjunto inicial de ações e compromissos no que diz respeito ao âmbito, ambição setorial, equilíbrio das ações de mitigação e adaptação, justiça climática e igualdade de género, bem como transparência e governação. Com 14 contribuições e mais de cem medidas planeadas, Cabo Verde procura alcançar um benefício substancial de mitigação - na ordem das 130.000 tCO<sub>2</sub>eq. a 200.000 tCO<sub>2</sub>eq anualmente até 2030 - bem como um impacto de adaptação duradouro em termos de segurança alimentar, hídrica e energética para Cabo Verde e uma maior resiliência em todas as comunidades. Embora a população de Cabo Verde se compare bem com outros países africanos em termos de acesso à energia, água e educação, a pandemia demonstrou que as emergências económicas e sanitárias são exacerbadas pela tripla crise de escassez de recursos, alterações climáticas e perda de biodiversidade, particularmente para a sociedade rural de Cabo Verde.

Cabo Verde é confrontado com dois grandes desafios adicionais, aos quais tem que responder em simultâneo: o desafio de garantir, no médio prazo e com recursos endógenos, a sobrevivência da sua comunidade residente, numa perspetiva de redução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), e o desafio de desenvolvimento autossustentado e acelerado, para responder às legítimas aspirações da sua população a padrões de vida superiores. No que respeita à sobrevivência, a análise da Balança de Pagamentos permite concluir que a Balança de Bens é estrutural e profundamente deficitária, coerente com o facto de Cabo Verde importar a maior parte dos bens que consome, em particular os bens de primeira necessidade, como, por exemplo, bens alimentares, produtos energéticos, produtos químico-farmacêuticos e material

laboratorial e médico-cirúrgico, e não possuir uma base exportadora de bens com adequada dimensão. A própria água que é consumida nas cidades e nos destinos turísticos internos é importada, pois resulta do processo de dessalinização, cujos fatores de produção são, na essência, energia e equipamentos importados. A Balança de Serviços, cujo saldo positivo não chega a representar 50% do saldo negativo da Balança de Bens, mostra-se incapaz de compensar a lacuna, que é agravada pelo saldo negativo, também estrutural, do Rendimento Primário

O acesso à água potável e ao saneamento básico são recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a promoção do bem-estar social. Entretanto, a disponibilidade e a gestão sustentável destes recursos para todos são um desafio que deve ser enfrentado para a sobrevivência do planeta. A gestão sustentável da água, do saneamento e a disponibilidade de água potável e acessível para todos são componentes essenciais para a construção do tipo de mundo em que as pessoas gostariam de viver. A falha em garantir a disponibilidade destes recursos impediria qualquer esforço para assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar. O país é caracterizado por uma situação de escassez hídrica, representando um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento económico. As precipitações irregulares, de forte intensidade e mal distribuídas no espaço e no tempo, elevadas taxas de evapotranspiração, condições orográficas desfavoráveis e sobre-exploração dos poços e furos, particularmente nas zonas costeiras, aliadas a uma infiltração deficiente, fazem com que a disponibilidade de água constitua um dos fatores importantes de vulnerabilidade de Cabo Verde. Assim, a reutilização de águas residuais para fins múltiplos é hoje encarada como um eixo central da gestão sustentável dos recursos hídricos. A existência de tecnologia que possibilita a reutilização destas águas, elevando o seu nível de qualidade é uma alternativa à sua rejeição na natureza. De facto, uma das estratégias de gestão integrada dos recursos hídricos e medida de resiliência passa por dinamizar a utilização deste recurso para usos não potáveis, como sejam a rega de espaços verdes, agricultura, algumas indústrias, entre outras atividades, cujos requisitos de qualidade são substancialmente inferiores aos da água para consumo humano. Outra medida importante prende-se com o ordenamento das bacias hidrográficas e com o aumento da capacidade de retenção de águas superficiais.

Os resíduos sólidos vêm-se convertendo, cada vez mais, num dos problemas mais preocupantes para a proteção ambiental. A sua produção e acumulação têm atingido níveis acima da capacidade de recolha. Não são verdadeiramente conhecidas as quantidades de resíduos lançados nas lixeiras. Estas continuam a ser o destino principal dos resíduos sólidos de todo o tipo, constituindo um risco importante para a saúde humana, devido aos contaminantes que podem escapar para o ar, água ou solo. Nestas lixeiras são lançados os resíduos domésticos, de construção, dos hospitais e das unidades comerciais e industriais, sem a adequada separação por tipo de resíduo. De uma forma geral, a localização e o dimensionamento das lixeiras não foram, no passado, feitos de forma programada e organizada, com um sistema bem definido de gestão. Algumas lixeiras estão muito próximas das zonas urbanas ou de estradas principais, de zonas agrícolas ou de perímetros florestais. Esta excessiva proximidade, para além dos incómodos causados pela poluição, por cheiros e fumos, quando incinerados a céu aberto, causa outros incómodos mais graves, principalmente os referentes à saúde pública, não esquecendo o fator social das populações que vivem do lixo, nas próprias lixeiras.

Cabo Verde é signatário da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável que busca a inclusão de todos os seres humanos, reiterando a universalidade dos direitos económicos, sociais, civis, políticos e culturais de e para todos. Neste âmbito, as políticas nacionais têm procurado integrar

no processo de planeamento, nomeadamente na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Ambição 2030) no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) e no Programa do VIII Governo Constitucional da II República, os objetivos do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que buscam focalizar o impacto das políticas de desenvolvimento nas pessoas e grupos em risco de ficar para trás. Assim, a aceleração da implementação das políticas públicas de inclusão social e, por conseguinte, de Não Deixar Ninguém para Trás, constitui um desiderato. As fragilidades ambientais do país, decorrentes de sua localização geográfica, a que se acrescem os impactos da ação humana e das mudanças climáticas globais, constituem causas estruturais que limitam e condicionam um desenvolvimento económico e social sustentável, ao mesmo tempo que têm uma incidência maior sobre os grupos em risco de ficar para trás seja nos meios rurais, nas comunidades piscatórias e nos assentamentos urbanos das periferias dos centros urbanos. Assim, a mitigação, diminuição e, mesmo, a eliminação das barreiras e privações que impelem indivíduos e grupos a ficarem para trás demandam um conjunto de medidas que gravitam à volta de dois grandes grupos de ações. O primeiro, que incumbe aos decisores, se reporta definição e implementação de políticas públicas focalizadas nesses grupos, tanto económicas (macro e microeconómicas, políticas ativas de emprego e rendimento), quanto sociais (incluindo educacionais, de proteção social e de cuidados, sanitários). O segundo reporta-se a ações que visam a mudança de comportamentos e dos atuais padrões culturais, ainda hegemónicos, que reproduzem as desigualdades, a estigmatização, a discriminação e, potencialmente, os riscos da xenofobia. Para tanto, ações de educação, informação e comunicação para mudanças de comportamentos inter e intra-generacionais serão cruciais. De forma complementar, medidas legislativas podem ser gizadas visando por cobro à discriminação a que alguns grupos se encontram submetidos.

Não obstante o país se ter confrontado com a pior série de secas persistentes e consecutivas dos últimos anos, eventos extremos agravados pelas alterações climáticas, afetando a redução da capacidade de armazenamento e mobilização de água subterrânea, Cabo Verde alcançou ganhos consideráveis. Cresceu ligeiramente a proporção da população que obtém água potável de forma segura atingindo 85,5%, cerca de 0,4 pontos percentuais acima do nível de 2015, mas merece sobretudo realce o fato de que 69 em cada 100 pessoas tem a rede pública de água como principal fonte de abastecimento, superando em 4,9 pontos percentuais o nível de 2015. O país está muito acima das possibilidades da região em termos de acesso à água potável. Em 2019, 71,7% dos domicílios estavam ligados à rede pública como principal fonte de abastecimento de água. Apesar das disparidades importantes entre urbanos e rurais, municípios e ilhas, cada residente dispõe de uma média diária de 43,8 litros/dia (percapita), em comparação com a de 38 litros em 2015.

Em 2019, 85 em cada 100 pessoas residentes em Cabo Verde viviam em alojamentos com instalações sanitárias, com diferenças sensíveis entre o meio urbano onde 91 em cada 100 tinha essa facilidade e o meio rural onde 74 em cada 100 viviam em alojamentos com esse dispositivo. Cerca de 82,4% da população usava um sistema de saneamento seguro, ou seja, vivia em alojamentos com instalações sanitárias ligadas à fossa séptica (52,9% ou à rede de esgotos 29,6% com diferenças sensíveis entre o meio urbano onde 87,6% da população usava um sistema de saneamento seguro e o meio rural onde cerca de 71,8% da população tem essa facilidade. No meio urbano o uso da rede de esgotos é mais expressivo (45%) enquanto que no meio rural predomina a fossa séptica (68,8%) o que se deve principalmente à dispersão do habitat que não viabiliza investimentos nos sistemas coletivos de saneamento das águas residuais (rede de esgotos).

O Programa do Governo para a VIII Legislatura (2011- 2016) declara que um elemento chave da ação do Governo para alargar o acesso da população aos serviços básicos é a reforma do quadro institucional e legal, integrando o setor numa única organização, uma instituição líder a controlar o setor da água e saneamento. Profunda reforma dos setores da Água e do Saneamento, elaboração do Plano Nacional Estratégico de Água e Saneamento (PLENAS), do Código de Água e Saneamento (CAS), do Quadro Legislativo, Institucional e Regulatório permitindo aumentar o acesso à água potável e ao saneamento básico, facilitar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos e do saneamento básico, implementar uma efetiva regulação técnica e económica, assegurar a sustentabilidade financeira do sistema com ênfase na recuperação dos custos, melhorar a eficiência operacional das Entidades Gestoras, criação e aprovação de vários instrumentos legais e de planeamento agregados a uma forte mobilização de recursos financeiros para a construção e ou reabilitação das infraestruturas através da operacionalização do Fundo do Ambiente, atrair o setor privado e assegurar a sustentabilidade e a autonomia institucional do setor.

As autoridades cabo-verdianas reiteram o compromisso de garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos e assim apostarão na melhoria do ambiente de negócios para atrair os investimentos privados na ampliação da capacidade de mobilização e distribuição de água no consumo doméstico e nas atividades económicas para melhorar a qualidade dos serviços, ampliar o número de beneficiários dos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Continuam a criar as condições para a massificação das redes de abastecimento de água, garantindo a todos os domicílios o acesso ao abastecimento de água por meio de rede pública e elevar o consumo médio per capita de 43 para 90 litros por dia, aumentar a taxa de acesso e cobertura de rede de abastecimento de água, atualmente em 85,5% para níveis muito próximos dos 100%, aumentar a dotação de água pessoa/dia de 43,8l para o máximo de 90 litros/pessoa/dia, reduzir as distâncias e o trajeto entre uma fonte de água segura e as habitações sem acesso à rede, para níveis inferiores a 10 minutos, de acordo com as metas estabelecidas no PLENAS (Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento), aumentar dos cerca de 85,1% para 90% a taxa de cobertura dos serviços de saneamento líquido e ligações do esgoto e apostar nas energias renováveis para reduzir o custo médio de produção e distribuição por Quilowatt/metro cúbico de água dessalinizada no consumo, apostar na massificação da dessalinização da água do mar na agricultura irrigada e promoverão a universalização da telegestão de todos os sistemas de produção e distribuição de água a nível nacional, reutilização segura das águas residuais tratadas fins compatíveis, implementar Políticas do uso racional e sustentável das águas, numa logica de economia circular.

O Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011- 2016 declara que um elemento chave da ação do Governo para alargar o acesso da população aos serviços básicos é a reforma do quadro institucional e legal, integrando o setor sob numa única organização, uma instituição líder a controlar o setor da água e saneamento. Profunda reforma dos setores da Água e do Saneamento, elaboração do Plano Nacional Estratégico de Água e Saneamento (PLENAS), do Código de Água e Saneamento (CAS), do Quadro Legislativo, Institucional e Regulatório permitindo aumentar o acesso à água potável e ao saneamento básico, facilitar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos e do saneamento básico, implementar uma efetiva regulação técnica e económica, assegurar a sustentabilidade financeira do sistema com ênfase na recuperação dos custos, Melhoria da Eficiência Operacional das Entidades Gestoras, criação e aprovação de vários instrumentos legais e de planeamento agregados a uma forte mobilização de recursos financeiros para a construção e ou reabilitação das infraestruturas

através da operacionalização do Fundo do Ambiente, atrair o setor privado e assegurar a sustentabilidade e a autonomia institucional do setor.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS 2030) trouxeram uma nova era de ambição e determinação para a agenda de desenvolvimento global. WASH faz parte desse novo espírito de aspiração, reconhecendo que, globalmente, mais de 2 bilhões de pessoas ainda dependem de água não potável e 4,2 bilhões usam instalações sanitárias que permitem que seus excrementos vazem sem tratamento para o meio ambiente.

As metas de WASH sob o ODS 6 estabelecem uma ambição de nada menos do que o acesso universal a serviços de água potável, saneamento e higiene, enfatizando a necessidade de se concentrar nos vulneráveis e nos deixados para trás. As metas são inequívocas ao exigir a eliminação da defecação a céu aberto e garantir que os serviços de WASH sejam acessíveis. Pela primeira vez, foram estabelecidas metas e indicadores globais para a higiene. Os ODS também introduziram novos conceitos, como serviços de água potável e saneamento “gerenciados com segurança”, e abrangem WASH em escolas, unidades de saúde e residências.

Serviços universais geridos com segurança exigem um esforço coordenado de todos os governos. A evolução do setor WASH dá ênfase na infraestrutura ao reconhecimento de que o objetivo final é a prestação de serviços com segurança e sustentados ao longo do tempo, resultando num novo foco, sistemas nacionais que ajudem os Governos nacionais e locais, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e usuários a contribuir para alcançar a cobertura universal, com papéis e responsabilidades claramente definidos e esforços alinhados, sistemas fortes e resilientes. De um modo geral, os componentes de um sistema WASH incluem governança (legislação, políticas, planos e estruturas regulatórias), arranjos institucionais, sistemas financeiros e de financiamento, sistemas de monitoramento para avaliações e revisões informadas e uma base de recursos humanos apoiada pelo desenvolvimento contínuo da capacidade.

**Cabo Verde tem estado a implementar uma “autêntica mudança” de paradigma na relação com a água e saneamento.** Provas destas são os investimentos feitos na mobilização das águas superficiais, das águas subterrâneas, bem como na recolha e tratamento de águas residuais, para além da água para o consumo humano de origem dessalinizada. O país fez Profundas reformas Legais, Regulamentais e Institucionais, Revisão do Quadro Legal, reforço de capacidades a nível central e local e a preparação dos instrumentos de Planeamento e do exercício da liderança do sector visando a sustentabilidade do sistema, garantia do financiamento do sector e realização do 6º Objetivos (ODS, 2030)

Em Cabo Verde, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Associações de Desenvolvimento Comunitárias (ACDs) têm desempenhadas um importante papel na implementação de projectos, nos domínios ligados á agricultura, água, saneamento, saúde, higiene, pescas, em áreas sócioeducativas, entre outras, contribuindo sobremaneira para a edificação não só de uma maior e melhor consciência em matéria de protecção ambiental, crescimento economico e justiça nos acessos, como também na melhoria das condições de existência das diferentes comunidades em que se inserem. Na estratégia de implementação de vários programas e projectos de desenvolvimento têm constituídos parceiros incontornáveis no apoio aos agentes públicos de desenvolvimento na realização de um trabalho permanente de comunicação, informação e sensibilização, apelando para a consciencialização do colectivo do país para a necessidade de sustentabilidade na gestão dos recursos.

As incertezas causadas pela pandemia COVID-19 e as alterações climáticas têm implicações duradouras e evolutivas no emprego, nas economias e em quase todas as facetas da vida quotidiana. As consequências mais graves são as suportadas pelos mais vulneráveis e os menos preparados para responder. Os decisores políticos são confrontados com compromissos complexos - por um lado, assegurar uma recuperação económica e sanitária verde, e por outro, expandir e melhorar a qualidade dos serviços aos que não têm e sustentá-los para aqueles que os têm. Felizmente, a água, o saneamento e a higiene fornecem soluções que são tanto financeiramente como ambientalmente sustentáveis, ao mesmo tempo que assegurem a realização dos direitos humanos. Em 2020, a pandemia de COVID-19 determinou a adaptação dos planos e no geral a caminhada para os ODS e assim, com o apoio das Nações Unidas, o Governo realizou uma avaliação dos impactos da COVID-19 (PCNA +), e liderou a elaboração do Plano de Resposta Recuperação e Promoção da Economia Cabo-verdiana, com participação do setor privado. Estes dois documentos, em constante evolução à medida que a pandemia se desenvolve, servem de ponte entre os planos pré-COVID (PEDS 2017-2021) e pós-COVID (PEDS 2022-2026). Ambos asseguram uma ligação constante e explícita com a Ambição 2030 e os ODS. Comprometeu os objetivos fixados pelo Governo no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017-2021). Com efeito, o impacto da COVID-19 redundou, em 2020, numa retração do crescimento económico de 14,6% (INE, 2021), com o crescimento da taxa de desemprego a situar-se nos 14,5%<sup>1</sup> e, certamente, no aumento significativo da pobreza, considerando o limiar de pobreza nacional.

**A SWA** é uma organização que tem como *missão*, através de parceria eliminar as desigualdades na realização dos direitos humanos à água e ao saneamento - elevando a vontade política, assegurando a boa governança e ajudando a otimizar o financiamento. Concentra-se nos indivíduos, comunidades, países e regiões mais difíceis de alcançar e mais vulneráveis, e coloca as mulheres e raparigas no centro, não apenas como recetoras passivas, mas como agentes dinâmicos de mudança. Trabalha, aproveitando o poder coletivo dos seus parceiros, para apoiar a ação multi-stakeholder, liderada pelo governo, a nível nacional, regional e global. Faz advocacia à água e saneamento para todos e reforça os temas globais transversais que estão intimamente ligados à, mudanças Climáticas, desigualdades e género. Tem como *Objetivos Estratégicos, 2030*: OE1 - Construir e sustentar a vontade política para eliminar as desigualdades no acesso à água, saneamento e higiene, através da realização de diálogos políticos multilaterais de alto nível sustentando seu impacto, do fortalecimento das conexões entre a parceria SWA e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, facilitando e encorajando o preenchimento de lacunas de dados, assim como utilizando as novas evidências existentes e advocacia política eficaz para apoiar a tomada de decisões; OE2 - Impulsionar as abordagens multi-atores para alcançar o acesso universal aos serviços, através da promoção e apoio a plataformas multi-atores lideradas pelo governo, da demonstração e apoio a abordagens multi-atores e multi-sectoriais, e construção de uma cultura de responsabilização mútua pelos resultados; OE3 - Reunir as partes interessadas para fortalecer o desempenho do sistema e atrair novos investimentos, através do desenvolvimento de um setor eficiente e digno de crédito, da defesa do aumento do investimento, do apoio ao desenvolvimento de estratégias de financiamento nacionais e subsectoriais, da identificação de novas fontes de financiamento, de tornar mais eficientes as fontes existentes, e da expansão da capacidade do setor e da SWA.

---

<sup>1</sup> INE. IMC-2020. Praia, 2021

Em Março do ano de 2021, SWA Regional Africa, **Nompumelelo NTSHALINTSHALI-MOTSA**, convidou a Agência Nacional de Água e Saneamento a através da tutela (MAA) a seguir os tramites necessários, preparar dossiês visando ser parceira e Ponto Focal desta organização para o país e em benefício de ter oportunidade em aceder aos financiamentos para setores água, saneamento e higiene, através da Roddenberry Foundation. Após de vários encontros de trabalhos, de análises visando ao conhecimento da organização e dos setores alvo, água, saneamento e higiene, foi solicitada a enviar um conjunto de informações relacionadas com a situação de acessos á água, saneamento dos esgotos, higiene, mudanças climáticas, bem como o cumprimento do Acordo de Paris.

Sendo **SWA** como Parceiro da Rede, os parceiros apresentados conjuntamente pela SWA e ANAS atuarão como nominadores, que por sua vez, identificar-se-ão 3 Organizações Não Governamentais que estão a fazer um trabalho de alto impacto nas suas comunidades que selecionadas passarão a ser designadas de **Nomeados**. Assim, a ANAS se inscreveu três (3) organizações que preenchendo atributos infra, passarão desta feita a assumir as funções de **nomeados**. Do processo de seleção recaiu a escolha á Associação para Defesa de Ambiente e Desenvolvimento (ADAD).

Em Dezembro do ano transato em atenção à solicitação da organização (SWA) o país se manifestou o interesse em fazer parte do grupo de trabalho com foco na ação e colaboração multissetorial em nível regional e nacional estabelecido pelo Comitê Diretor na reunião de dezembro de 2021. O grupo apoiará principalmente a entrega do trabalho da SWA no objetivo 2 – e será chamado de Grupo de Trabalho de Colaboração de Múltiplas Partes Interessadas (MSCWG). É o local dentro do SWA para discutir, testar e dar feedback sobre abordagens de múltiplas partes interessadas nos níveis nacional e regional para desenvolver e sustentar o acesso universal a serviços de água potável, saneamento e higiene (WASH). O referido objetivo estratégico gira em torno da defesa de abordagens multissetoriais para alcançar o acesso universal aos serviços. O Quadro Estratégico 2020-2030 é complementado por roteiros regionais que orientem prioridades para o envolvimento com cada região. A SWA acredita que alcançar as metas relacionadas à água, saneamento e higiene dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) exigirá ações de várias partes interessadas.

Em Fevereiro de 2022, a Candidatura de Cabo Verde ao país prioritário da SWA para 2022, **Componente - Água e Ação Climática**, foi aceite, “credibilizando” o país a submeter projetos de investimentos visando a mobilização de financiamento junto dos Países e Organizações Parceira da SWA, que por sua vez fica incumbido a obrigação de fazer um forte “plaidoyer” visando á sua elegibilidade.